

O espaço e o lugar no planeamento territorial

Um reflexo do debate teórico em geografia

Margarida Queirós & Mário Vale

1. Introdução

Este capítulo discute a relação entre o conhecimento e a prática da ciência geográfica contemporânea e o planeamento territorial. À semelhança de Davoudi e Strange (2009), o nosso propósito é ilustrar como certas correntes de pensamento desenvolveram determinados conceitos de espaço e lugar e influenciaram metodologias e práticas dos geógrafos, tendo potenciado o papel da geografia no planeamento. Esta relação forte levou Phelps e Tewdwr-Jones (2008) a especular se a geografia não seria mesmo um *alter ego* do planeamento.

Não é nossa intenção rever todas as influências filosóficas no pensamento geográfico, outros já o fizeram (Capel, 1981), nem procuramos uma lista exaustiva de métodos e técnicas usadas em geografia, apesar de haver momentos que procuramos realçar, em que determinadas orientações e metodologias marcaram definitivamente a construção de epistemologias e interpretações geográficas. Procuramos por isso evidenciar certas direções concetuais que influenciaram o processo de investigação, as dinâmicas e as práticas da geografia, informando trajetórias do saber-fazer geográfico (Cloke *et al.*, 2004). Explorar algumas destas dinâmicas tem como objetivo informar outros campos das ciências sociais sobre as alterações mais ou menos profundas na maneira como os geógrafos observam e interpretam o mundo e como estas influenciaram as reflexões teóricas, discursos e práticas no planeamento territorial.

Certamente algumas tradições teóricas – o positivismo, o humanismo, o marxismo e o pós-estruturalismo – marcaram o pensamento geográfico em determinadas épocas e fundaram os «paradigmas dominantes» que vieram a caracterizar as diferentes abordagens filosóficas no seio do pensamento geográfico, da investigação, do ensino e das suas práticas (Aitken e Valentine, 2006). Essas tradições concretizaram diferenciadamente os noções de espaço e lugar, bem como as diferentes formas de os representar, interpretar e planear. É, no entanto, evidente que o debate académico e o desenvolvimento das diferentes perspetivas não seguiu um processo uniforme e linear no tempo e no espaço; ao invés, como afirmam Davoudi e Strange (2009) e Sandercock (1989), diferentes abordagens são frequentemente concomitantes e concorrentes no tempo e no espaço. Este simples facto contribui para uma maior complexidade nos processos e conteúdos do planeamento.

Neste capítulo reflete-se sobre o papel da geografia contemporânea na construção dessa centralidade progressiva do pensamento espacial, examinando a relação entre a evolução de conceitos fundamentais das diferentes tradições geográficas e as distintas perspetivas de planeamento regional e urbano, ilustrando-se esta vinculação com exemplos concretos da prática do planeamento em Portugal.

2. O racionalismo, a geometria, os modelos e o primado da distância como fator explicativo da organização espacial

Até aos anos 1950, a geografia detinha uma natureza conservadora e descritiva, favorecendo a interpretação da paisagem natural e humana e valorizando as particularidades das regiões e lugares (Kitchin, 2006). O «possibilismo», a escola de pensamento que dominaria os 30 anos anteriores, era todavia muito vago para se poderem formular teorizações e generalizações causais (Peet e Thrift, 1989).

Uma abordagem paradigmática da geografia teve início nos anos 1950 e perduraria pelos anos 1960 e 1970, quando emerge como ciência espacial positivista, privilegiando a análise dos padrões espaciais, um verdadeiro desafio à tradição regional em geografia – onde a região e o lugar eram o foco das atenções políticas (Aitken e Valentine, 2006) –, dando lugar a uma geografia produtora de imagens icónicas, mapas e diagramas, poderosos instrumentos para comunicar mensagens políticas (Dühr, 2007).

Schaefer, em 1953, argumentava em favor da lógica positivista como o caminho para a geografia que, como ciência espacial, deveria identificar leis, fugindo ao «excepcionalismo» – posição que advogava o carácter excepcional da Geografia e da História no sistema de classificação das ciências, devido à sua natureza integradora de elementos físicos e sociais no espaço e no tempo, respetivamente –, como

outrora fora advogado por Hartshorne em 1939. A geografia, como disciplina, ganharia credibilidade na academia ao adotar o método científico e ainda promoveria uma linguagem comum à geografia humana e física. A revolução científica operada contribuiu para a abertura das portas da disciplina ao «projeto moderno».

Seria a revolução quantitativa que lhe viria no encalço que traria a robustez explicativa e preditiva à geografia (Burton, 1963; Haggett, 1965; Bunge, 1966). Através da modelação matemática e da utilização de técnicas estatísticas, os geógrafos, livres de subjetividade, adquiriram metodologias específicas para tratar os problemas de investigação, colocaram hipóteses, explicaram padrões e processos espaciais e contribuíram determinantemente para a teoria da geografia, agora capaz fornecer uma base científica às políticas públicas. Seria este posicionamento naturalista da geografia que mais buscava determinar as leis espaciais da atividade humana (Kitchin, 2006). As análises matemática e estatística e os modelos espaciais resultantes, bem como a conceção do espaço como superfície geométrica, traziam precisão e rigor necessários à credibilidade científica da análise e explicação fornecidas pela ciência espacial. Mais ainda, estávamos perante a «viragem quantitativa» da geografia (*quantitative turn*) que forneceu solidez às representações cartográficas, também elas relevantes na definição de agendas políticas (Davoudi e Strange, 2009).

Todavia, a revolução quantitativa na geografia não quebraria a sua tradição empirista e a validação das hipóteses não era uma prática muito comum. Harvey (1969 e 1973) foi quem mais se preocupou com os seus fundamentos filosóficos, abrindo um período de reflexão e crítica à investigação geográfica. E é precisamente pela ausência de uma base ontológica e epistemológica que os fundamentos positivistas da geografia e os seus métodos começaram a ser questionados. A explicação e representação/modelação do mundo com base em factos observáveis, demasiado assente nas dinâmicas espaciais, ignorou a contingência humana e os processos políticos e sociais (Cloke *et al.*, 2004).

É na sua tradição empírica, na análise quantitativa, no mapeamento e na construção de modelos que a geografia mais influenciou o planeamento. Recordamos que o (neo)positivismo teve uma influência significativa e duradoura no pensamento espacial, tanto em geografia como no planeamento (Davoudi e Strange, 2009) nos anos 1960 e 70. As regiões e os lugares, do ponto de vista físico e humano, eram representados cartograficamente como entidades bem definidas, onde se distinguia claramente o urbano e o rural, traço presente desde os primórdios no planeamento – com E. Howard, por exemplo – acompanhando a preocupação da identificação dos padrões espaciais.

O gosto pela abstração, a geometria da quadrícula urbana, o conceito de unidade de vizinhança e suas regras, o primado da distância como fator explicativo da organização espacial, a confiança nas tecnologias e nos novos materiais, expõem o peso e prestígio do movimento moderno espelhado na visão prescritiva do desenvolvimento das cidades da Carta de Atenas. O racionalismo e a pureza esquemática resultam no funcionalismo – a cidade funcional –, umas das mais significativas linhas de pensamento do projeto espacial para a cidade moderna do século XX. Apoiada pelos seus modelos e mapas de «vocações» espaciais que forneciam leitu-

ras legíveis dos espaços urbanos e rurais, a geografia quantitativa daria importantes contributos para a tradição do zonamento e definição de classes de espaços no planeamento.

Com a teoria geral dos sistemas, que emergia neste período, e a confiança na ciência e na tecnologia, a análise das dinâmicas urbanas (habitação, trabalho, recreação e transporte) atingiu um novo patamar. Os planeadores, pela orientação da abordagem geográfica, descobrem então as regularidades espaciais, a ordem espacial hierárquica, o princípio do mínimo esforço, a área de influência, os nós e as redes, e outros conceitos na base do princípio utilitarista, garantindo a objetividade e rigor entendidos então como necessários à atividade de planeamento.

A adoção do método hipotético-dedutivo e o suporte da engenharia computacional permitiram a elaboração de modelos e de leis espaciais. Para Clarke e Wilson (1989), os modelos em geografia nos anos 1960 tiveram um papel importante, sobretudo enquanto enquadramento para o planeamento urbano e regional, ao contribuírem para a compreensão do funcionamento dos sistemas e da sua dinâmica, sem os quais a predição seria complicada. Os autores esclarecem ainda que a sua utilização no planeamento urbano – onde opera uma miríade de atores públicos e privados – enfrenta algumas dificuldades devido à incapacidade de controlar todas as variáveis pertinentes, enquanto noutros sistemas do setor público, como a saúde, é possível um maior grau de controlo, por exemplo, sobre a dimensão e a localização de novos hospitais, o nível de prestação de serviços, o estabelecimento de prioridades e assim por diante, o que proporciona maior oportunidade para o uso de métodos baseados em modelos de planeamento (Clarke e Wilson, 1986).

Sandercock (1998) afirma que a visão oficial ou modernista do planeamento coincide, em larga medida, com a história do planeamento público, partindo de uma tradição da construção da cidade e da nação pelo Estado, embora tradições alternativas do planeamento sempre tenham existido marginalmente fora e até em oposição ao Estado. Mas é evidente que na história oficial do planeamento, a geografia (neo)positivista tem um lugar proeminente entre as ciências de suporte científico e metodológico.

Segundo Davoudi e Strange (2009), o processo de planeamento era maioritariamente prescritivo e linear, dominado pelo planeador visionário, combinando a metodologia (neo)positivista com a epistemologia (conhecimento) racionalista. Assim se caracterizava a abordagem «modernista» do planeamento, onde o seu protagonista (o planeador) se situava no centro da atividade, tinha os recursos técnicos, o conhecimento e a autoridade para decidir e induzir o desenvolvimento, chegando a um produto final: o plano. O planeamento era então alegadamente um processo apolítico que culminava num *masterplan*, internalizado e centralizado, sobretudo, nos departamentos técnicos da administração pública.

No caso português, o planeamento regional nos anos 1970 foi claramente influenciado pelos princípios da geografia (neo)positivista. A abordagem «funcionalista» ao desenvolvimento regional faz uso de um conjunto de conceitos e metodologias próprias da investigação em geografia e da emergente ciência regional. Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Gabinete da Área de Sines, criado em 1971,

com vista à formação de um polo de crescimento (Gaspar e Simões, 2006), constituem um bom exemplo da aplicação de conceitos e práticas do trabalho geográfico, destacando-se, por exemplo, a definição de áreas de influência e localização otimizada de equipamentos. Também no plano local se verifica esta influência. Com efeito, a primeira geração de Planos Diretores Municipais (PDM) evidencia alguns dos avanços do pensamento geográfico (neo)positivista: aplicação da teoria dos lugares centrais de Christaller no estudo da rede urbana; zonamento (padrão) espacial segundo critérios relacionados com a distância ao centro e a ideia de renda localita *à la* Von Thünen e Lösch; localização de áreas industriais de acordo com o postulado do modelo de localização industrial de Weber.

3. As críticas humanista, marxista e radical: o espaço enquanto produto social

O paradigma (neo)positivista foi ultrapassado nos anos 1970 por outras abordagens, mormente o *behaviorismo*, a geografia humanista e as perspectivas radical e feminista, que o contestaram, todavia, num quadro de ausência de consenso, pelo que emergiram então diferentes linhas do pensamento geográfico. A década anterior caracterizou-se pela instabilidade social, questionando-se a partir dos anos 1970 e 1980 a utilidade do método científico e a sua filosofia positivista, que centrava as atenções no espaço, desvalorizando simultaneamente a sua dimensão social e individual (Kitchin, 2006). Com efeito, as críticas emergem no seio da geografia, sobretudo das alas marxista e radical, ao sublinhar que as leis e modelos da ciência espacial ignoram fatores como a história e a ideologia ou comportamentos e decisões tomadas muitas vezes num quadro de racionalidade limitada. A crítica à ciência espacial aponta, portanto, para a sua propensão em reduzir as pessoas a sujeitos racionais – *homo economicus* – removendo dos modelos explicativos, por um lado, crenças, valores e opiniões e, por outro, aspetos sociais e políticos.

Ainda no início dos anos 1970, um contributo não displicente para a crítica à doutrina (neo)positivista em geografia advém dos geógrafos *behavioristas* (estudo do comportamento) que contribuíram para redefinir as questões, metodologias e interpretações da pesquisa geográfica (Golledge, 2006). Com esta abordagem, a investigação orientada para a forma e o padrão do comportamento espacial é transferida para a pesquisa sobre percepção, aprendizagem e formação de atitudes para explicar as variações das ações humanas e atividades em diversos ambientes (Cox e Golledge, 1969). É particularmente relevante o trabalho sobre mapas mentais para entender a percepção espacial (Gould e White, 1974).

Se a tradição analítica da geografia emergiu como uma força poderosa nos anos 1960, com a referida revolução quantitativa, a reflexão de John Friedmann remete para a crítica aos modelos matemáticos, nos quais os atores racionais observando as fontes da variação geográfica tomam decisões baseadas em informação perfeita

para ambientes isotrópicos. Todavia, o contexto das duas décadas seguintes acolhe o descontentamento com a análise espacial, revelando, no seio da disciplina geográfica, a capacidade para refletir sobre concepções mais complexas e realistas sobre os seres humanos, entendidos como agentes geográficos. O conceito da «agência humana» coloca a ênfase nas pessoas, associando-as ao significado, à imaginação, à autorreflexão e junta-se à corrente intelectual de pensamento humanista na geografia (Entrikin e Tepple, 2006). Ley (1977) e Relph (1977) apresentam-na como uma alternativa ao modelo naturalista das ciências sociais. Por esta razão, a tradição humanista propõe a adoção de metodologias qualitativas para captar esta complexidade.

O marxismo aceita que o capitalismo e as posições sociais na produção e distribuição de bens e serviços são socialmente construídas, através da intersecção com uma miríade de processos sociais (Friedmann, 2011). Os geógrafos que trabalham com a tradição marxista identificaram uma variedade de processos sociais – a formação da classe trabalhadora industrial, as lutas pelos direitos civis em resultado de processos de re-estruturação capitalista, a desvalorização do trabalho feminino ou a divisão espacial do trabalho, etc. – que não eram captados através das lentes dos modelos espaciais.

Geógrafos «radicais»/marxistas questionaram, deste modo, a leitura das dinâmicas espaciais desenquadradas do funcionamento do sistema capitalista, dado que consideram as estruturas capitalistas responsáveis pelas desigualdades espaciais, sociais e económicas. Além do mais, como seria possível aplicar o método científico aos sistemas sociais, se os investigadores são eles mesmos seres sociais e, por isso, a sua pesquisa é enviesada pelos seus valores? Estes argumentos surgem, por exemplo, da corrente feminista, ao apontar que a ciência espacial é sustentada pela racionalidade (e parcialidade) masculina, sendo que a pesquisa geográfica deveria ser mais sensível às relações de poder que o positivismo não deixa ver (McDowell, 1992; Rose, 1993).

Para os autores que se perfilam na perspetiva feminista, a disciplina da geografia mantém uma cultura centrada no pensamento masculino (*the discipline's traditional malecenteredness*, como identificaram Dixon e Jones III, 2006). Consideram que conceitos geográficos de localização, distância, conectividade, variação espacial, lugar, contexto e escala devem ser enriquecidos a partir da teorização feminista. No entanto, Henderson e Sheppard (2006) alertam para o risco das análises baseadas no género, sexualidade, etnicidade, etc.; considerando vital entender como estes modelos diferenciadores foram forjados e como se relacionam com a alienação e a exploração através do modo de produção capitalista. Para os autores, a perspetiva marxista permite esse entendimento.

Naturalmente, as reflexões e críticas anteriores carecem de uma contextualização mais abrangente. Para Friedmann (2011), os anos 1970 foram um ponto de viragem na história mundial. A década inaugurou o que hoje chamamos de globalização, um processo no qual as fronteiras nacionais foram diminuindo de importância, dando lugar à emergência de redes urbano-globais, em múltiplas vertentes: económica, cultural, política e social. Alguns observadores chamaram esta mudança de recapi-

talização do capital. Estávamos perante os primórdios da mudança do fordismo do pós-guerra para a ordem económica mundial neoliberal. Com a redução dos poderes do Estado e a transferência progressiva de serviços sociais para as comunidades locais e privados, iniciou-se a era neoliberal que, entre outras consequências, enfraqueceu o planeamento estatal.

A organização do mundo em rede era, por outro lado, difícil de explicar com o recurso aos modelos da geografia quantitativa. A doutrina associada à revolução quantitativa da geografia que apoiava o planeamento, sobretudo através da modelação espacial, era sustentada por uma visão do mundo essencialmente estático, onde os planeadores eram analistas objetivos que tinham acesso a informação pertinente sobre o futuro e comunicavam o seu saber aos decisores políticos através de documentos e planos (Friedmann, 2011).

O planeamento, para o qual os geógrafos contribuíam com os seus modelos, era assim uma atividade essencialmente técnica e livre de juízos de valor. Todavia, as críticas a este modelo epistemológico tiveram como ponto de partida o princípio da proximidade entre o planeador e a ação. Nesta perspetiva coloca-se Friedmann (1973) ao defender um «modelo transacional» do planeamento, por outras palavras, um modelo em que a ação alimenta o conhecimento enquanto processo de aprendizagem social. Esta perspetiva abre as portas ao planeamento enquanto esforço colaborativo e comunicativo (que Patsy Healey tão bem viria a caracterizar).

Concomitantemente, John Friedmann sublinha a importância do planeamento se constituir como forma de poder social, servindo para desenvolver e «empoderar» politicamente os mais pobres. Assim o afastamento alternativo ao Estado (relativamente às políticas neoliberais) seria realizado através do seu compromisso com as ONG, o «terceiro setor», a sociedade civil.

O planeamento é, assim, por diversas vias questionado enquanto exercício racional, técnico, e programador de um mundo estático, sobre o qual o planeador revelava objetividade e ausência de valores, um conhecimento técnico de apoio/assistência à decisão política. Da perspetiva doutrinária da geografia, o espaço deveria ser agora interpretado como um produto social, colocando-se um maior enfoque crítico às necessidades de habitação, de transporte, reabilitação e regeneração urbana, mostrando que o planeador é afinal um ser político e um agente de diálogo. Enquanto alguns geógrafos aparecem nesta fase vinculados à matriz crítica mais comprometida com os problemas dos grupos desfavorecidos, minorias étnicas, mulheres, idosos, etc., outros refutam a existência de decisões totalmente racionais e salientam a perceção, aprendizagem e comportamento das pessoas no estudo das decisões de usos e de localizações espaciais.

No estruturalismo, o espaço é socialmente produzido e consumido (Harvey, 1973; Lefèbvre, 1974; Soja, 1989). Por outras palavras, a questão centra-se então em como as práticas sociais e individuais criam e utilizam espaços diversificados no sistema capitalista. Daqui concluem que esta perspetiva marxista não mudou, no entanto, as práticas do planeamento, que se viu subjugado às forças do capital na produção do espaço urbano, especialmente no caso norte-americano. Todavia,

reconhecem o papel do marxismo ao trazer para a discussão a natureza política e de juízo de valor em planeamento (os planeadores no papel de reformistas sociais).

É mais evidente a transposição de alguns conceitos e práticas da geografia radical no planeamento urbano do que no de âmbito regional em Portugal. No pós-25 de Abril, a preocupação com os mais desfavorecidos e o problema candente da habitação clandestina ganha protagonismo na investigação geográfica (Barata Salgueiro, 1977). A forma como se envolveram os geógrafos e outros cientistas sociais na procura de soluções alternativas que visaram romper com a lógica capitalista marcou um breve período da prática do planeamento em Portugal, paradigmaticamente ilustrado pela Operação SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), que teve início logo em 1974 – por iniciativa do Secretário de Estado da Habitação, Nuno Portas –, com o objetivo de lançar planos de reconversão urbanística de bairros de gênese ilegal, envolvendo Brigadas de Construção Local.

4. A perspetiva pós-estruturalista, a emergência do espaço relacional

A perspetiva pós-estruturalista procurou ir mais além na compreensão dos locais e espaços do quotidiano, inquirindo como se produzem e reproduzem. A globalização dos bens e serviços, os movimentos transnacionais de pessoas, os avanços das tecnologias de informação e comunicação e a re-estruturação económica mudaram a problemática da «agência-estrutura» e da sua vinculação territorial. Nos anos 1990, o pós-estruturalismo, enquanto «filosofia crítica», ganhou preponderância sobre as abordagens anteriores, relevando a contingência geográfica e o espaço relacional, associando-se à tradição interpretativa das ciências sociais (Davoudi e Strange, 2009). O mundo social deve ser compreendido a partir de dentro e não deve ser explicado a partir do exterior.

Segundo Harrison (2006), a abordagem ao espaço pós-estruturalista foi influenciada por um número assinalável de não-geógrafos, tendo sido particularmente útil para repensar os conceitos de lugar e espaço e simultaneamente para recusar a redução dos fenómenos a causas «a-históricas» ou «a-espaciais». A investigação pós-estruturalista valoriza o elemento cultural como um aspeto crucial, representando, portanto, uma «viragem cultural» (*cultural turn*) em geografia (Davoudi e Strange, 2009).

A interpretação pós-estruturalista não procura fazer um diagnóstico sobre a organização do mundo, nem tão pouco oferece alternativas, como o Marxismo. Usando um «método desconstrutivo», a leitura que faz dos fenómenos tende, por exemplo, à crítica ao pensamento dicotómico (homem/mulher, heterossexual/homossexual, ocidente/oriente, etc.), o qual tem impacto na forma como pensamos a sociedade e a política. O que nos mostra a análise «desconstrutiva» é que o mundo é

culturalmente construído e não se enquadra facilmente num sistema binário de categorização.

O desconstrutivismo entra na geografia nos finais dos anos 1980 e inícios dos 1990 e é particularmente adotado, por exemplo, pela geografia feminista. Muito do trabalho nesta perspetiva inspira-se em Judith Butler (1990), porém as estratégias de desconstrução foram amplamente usadas por diversos ramos da geografia, desenvolvendo-se o método e áreas de estudo, como por exemplo, a «nova geopolítica crítica», dando novas interpretações às relações globais, ou a desconstrução de mapas (Dühr, 2007), mostrando como a cartografia gera ambiguidades. Ao serem igualmente usadas pelos estudos pós-coloniais e na interpretação dos discursos «cultura-natureza» (Whatmore, 2002), as metodologias «desconstrutivas» revelam uma mudança discursiva nos trabalhos dos geógrafos.

Na perspetiva de Davoudi e Strange (2009), a forma como o pensamento espacial e o planeamento respondem a estes debates está bem retratado na «Escola de Los Angeles» (*LA School*), através dos trabalhos de Michael Dear e Ed Soja durante as décadas de 1980 e 1990. Os contributos desta escola destacam-se pela relevância das reflexões pós-estruturalistas na interpretação das estruturas da vida urbana, focando-se na produção cultural e política de espaço e lugar, reconhecendo a interação da construção discursiva dos referidos conceitos. Rejeitando noções universais e binárias de espaço e lugar, Dear e Soja defendem a identidade, a linguagem e a diferença na base da conceptualização dos lugares. Esta reflexão conduz à questão da fluidez, contingência e permanente reconstrução dos espaços e lugares.

O que a perspetiva relacional acrescenta ao pensamento geográfico é a nova forma de pensar espaços e lugares para além da sua relação hierárquica *à la* Christaller. Em síntese, o que pós-estruturalismo propõe é que o espaço produz e é produto de relações e não de estruturas pré-definidas. Um bom exemplo desta tradição encontra-se na obra de Haughton *et al.* (2010) sintomaticamente intitulada «*Territorial management with soft spaces and fuzzy boundaries*».

Neste contexto de procura da identidade dos lugares, das especificidades culturais e das suas redes de relacionamento, o planeamento alarga-se a outros temas, dando peso à história, ao valor patrimonial e ambiental dos lugares. Simultaneamente, liberta-se da procura da ordem hierárquica de organização dos lugares – em favor do policentrismo – abandona as certezas quanto ao futuro – focando as incertezas e definindo cenários – perde a rigidez das funções reguladoras do quadro normativo – valorizando a dimensão «estratégica» (procurando estratégias espaciais) e, como tal, torna-se maleável e interpretativo. O espaço fluido das redes e de fronteiras contingentes realça a visão do espaço das conectividades (Davoudi e Strange, 2009).

Segundo Haughton *et al.* (2010), os processos atuais de planeamento criam novas espacialidades e uma multiplicidade de enfoques no estudo dos lugares, todavia, encontramos neles alguns pontos comuns: abordagens reflexivas e flexíveis para lidar com as complexidades da sociedade e das tecnologias em mudança e com a distribuição da riqueza, dos recursos e os constrangimentos ambientais dos espaços e dos lugares.

No processo de planeamento, o planeador deixa de ser um interprete tecnocrata e emerge como um facilitador das relações múltiplas entre a sociedade civil, o Estado e os privados e simultaneamente um intérprete/gestor das vontades negociadas (Ferrão, 2011). Quer isto significar que os anos 1990 e seguintes testemunharam um aumento crescente da cidadania ativa, abraçando a noção de envolvimento público e de participação. Para Friedmann (2011), a participação de todos os setores da sociedade numa forma de planeamento exige diálogo e negociações entre os atores; a construção de consensos entre atores (em conflito de interesses) requer a intervenção de mediadores. Patsy Healey (1997, 2007), chamou-lhe «planeamento colaborativo», já que o processo de deliberação discursiva conduz a uma multiplicidade de abordagens, dando ênfase a um conjunto de espaços de geometria variável (subnacionais) de planeamento.

A geografia contribui inequivocamente para esta forma de interpretar o território em que a escala é concebida em termos das suas conexões, onde os espaços são elementos numa rede de fronteiras contingentes, permanentemente territorializadas e sujeitas a contestação política (Davoudi e Strange, 2009). O princípio de organização espacial dilui-se em redes e fluxos de pessoas, tecnologias e recursos que se conectam em lugares e espaços (Haughton *et al.*, 2010), representados por cenários e uma linguagem visual apoiada em infografias, bem distantes dos mapas dos anos 1950 e 1960.

Esta forma de comunicação das estratégias e objetivos de política marcam as agendas e delinham as atuais estratégias espaciais para os territórios. A geografia tem estado permanentemente presente na construção e ilustração das estratégias e políticas espaciais, construindo metáforas, moldando discursos e atuando como instrumento das culturas de poder e do planeamento. Todavia, o planeamento na atualidade recorre a uma grande diversidade de mapas usados no processo, desde os mapas topográficos de base, aos mapas de análise espacial assentes em *software* de SIG para analisar tendências e cenários até ao «mapa final» (Dühr, 2007).

Estas mudanças no pensamento geográfico refletem-se claramente na prática de planeamento em Portugal. Talvez o aspeto mais relevante assente na valorização da dimensão estratégica no planeamento, materializado pelos diferentes Planos Estratégicos das cidades portuguesas (desde o de Lisboa aos apoiados pelo PROSIURB nos anos 1990). No plano nacional e regional, o PNPOT (Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território) vinca claramente a dimensão estratégica e relacional do processo planeamento e mesmo a atual geração de PROT (Plano Regional de Ordenamento do Território) e PDM relevam esta dimensão. Mas as mudanças são também processuais. A preocupação com os movimentos *grassroots* e com o envolvimento da sociedade civil na análise dos processos de transformação espacial reproduz-se no planeamento pela construção de Agenda 21 Locais, programa Leader e o desenvolvimento rural ou até pela valorização da discussão pública dos planos de ordenamento.

5. Conclusão

As perspetivas geográficas encontram-se vinculadas às diferentes tradições de planeamento territorial. A reconceptualização dos conceitos fundamentais de espaço e de lugar pelas diferentes tradições geográficas tem marcado a evolução das teorias, discursos e práticas do planeamento territorial. Este vínculo entre a geografia e o planeamento é consistente desde o pós-guerra na Europa Ocidental.

As teorias de planeamento não se limitam, no entanto, a absorver passivamente conceitos da geografia ou de outras disciplinas. Na verdade, o planeamento tem desenvolvido o seu corpo teórico na intersecção de diferentes ciências sociais e físicas. Todavia, a adoção de conceitos, metodologias e práticas da geografia é reveladora de uma ligação duradoura do planeamento com esta ciência. No entanto, a sua transposição para o planeamento demonstra um processo evolutivo cheio de paradoxos. Se, por um lado, a atual *praxis* do planeamento continua amarrada a regras rígidas e ao zonamento tão centrais na gestão urbanística, por outro, procura flexibilizar o plano através do planeamento estratégico. Além disso, combina o planeamento formal e institucional com outras formas de participação no processo de planeamento, empoderando a sociedade civil (orçamentos participativos, experiências de autogestão e de *grassroots*...). Esta coexistência de conceitos, metodologias e práticas oriundos de diferentes tradições e imaginações geográficas expressa uma sobreposição de «camadas de racionalidade» sem que ocorra verdadeiramente uma substituição e seleção de conceitos. Mistura-se tradição e inovação e aí reside, porventura, alguma falta de coerência na teoria, discurso e prática do planeamento territorial. Todavia, a diversidade de interpretações das espacialidades da sociedade contemporânea também é reveladora de um pluralismo que é em si mesmo um valor a preservar, possibilitando uma mudança contínua dos sistemas e culturas de planeamento (Friedmann, 2011).

Bibliografia

- AITKEN, S., & VALENTINE, G. (Eds.). (2006). *Approaches to human geography*. London: Sage.
- BARATA SALGUEIRO, T. (1977). Bairros clandestinos na periferia de Lisboa. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XII(23), 28-55.
- BURTON, I. (1963). The quantitative revolution and theoretical geography. *The Canadian Geographer / Le Géographe canadien*, 7(4), 151-162.
- BUNGE, W. (1966). *Theoretical geography*. Royal University of Lund, Dept. of Geography, Gleerup.
- BUTLER, J. (1990). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. London: Routledge.
- CAPEL, H. (1981). *Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea*. Barcelona: Barcanova.
- CLARKE, M., & WILSON, A. (1989). Mathematical models in human geography: 20 years on. In R. Peet, & N. Thrift (Eds.), *New models in geography: the political-economy perspective* (Vol. 1) (pp. 32-43). London: Routledge.

- CLOKE, P., COOK, I., CRANG, P., GOODWIN, M., PAINTER, J., & PHILO, C. (2004). *Practising human geography*. London: Sage.
- COX, K. R., & GOLLEDGE, R. G. (Eds.). (1969). *Behavioral problems in geography: A symposium*. Northwestern University, Dept. of Geography.
- DAVOUDI, S., & STRANGE, I. (Eds.). (2009). *Conceptions of space and place in strategic spatial planning*. London: Routledge.
- DIXON, D. P., & JONES III, J. P. (2006). Feminist geographies of difference, relation, and construction? In S. Aitken, & G. Valentine (Eds.), *Approaches to Human Geography* (pp. 42-56). London: Sage.
- DÜHR, S. (2007). *The visual language of spatial planning: Exploring cartographic representations for spatial planning in Europe*. London: Routledge.
- ENTRIKIN, J. N., & TEPPEL, J. H. 2006. Humanism and democratic place-making. In S. Aitken & G. Valentine (Eds.), *Approaches to Human Geography* (pp. 30-41). London: Sage.
- FERRÃO, J. (2011). *O ordenamento do território como política pública*. Lisboa: F. C. Gulbenkian.
- FRIEDMANN, J. (1973). *Retracking America: A theory of transactive planning*. Garden City, NY: Doubleday/Anchor.
- FRIEDMANN, J. (2011). *Insurgencies: Essays in planning theory*. London: Routledge.
- GASPAR, J., & SIMÕES, J. M. (2006). O planeamento de âmbito regional. In J. Gaspar & J. M. Simões (Eds.), *Geografia de Portugal. Planeamento e ordenamento do território* (pp. 207-242). Lisboa: Círculo de Leitores.
- GOLLEDGE, R. G. (2006). Philosophical bases of behavioral research in geography. In S. Aitken, & G. Valentine (Eds.), *Approaches to Human Geography* (pp. 75-85). London: Sage.
- GOULD, P., & WHITE, R. (1974). *Mental maps*. Harmondsworth: Penguin.
- HAGGETT, P. (1965). *Locational analysis in human geography*. London: Arnold.
- HARRISON, P. (2006). Poststructuralist theories. In S. Aitken, & G. Valentine (Eds.), *Approaches to Human Geography* (pp. 122-135). London: Sage.
- HARTSHORNE, R. (1939). The nature of geography: A critical survey of current thought in the light of the past. *Annals of the Association of American Geographers*, 29(3), 173-412.
- HARVEY, D. (1969). *Explanation in geography*. Oxford: Blackwell.
- HARVEY, D. (1973). *Social justice and the city*. London: Arnold.
- HAUGHTON, G., ALLMENDIGER, P., COUNSELL, D., & VIGAR, G. (2010). *The new spatial planning. Territorial management with soft spaces and fuzzy boundaries*. London: Routledge.
- HEALEY, P. (1997). *Collaborative planning: shaping places in fragmented societies*. London: Macmillan Press.
- HEALEY, P. (2007). *Urban complexity and spatial strategies: Towards a relational planning for our times*. London: Routledge.
- HERDERSON, G., & SHEPPARD, E. (2006). Marx and the spirit of Marx. In S. Aitken, & G. Valentine (Eds.), *Approaches to Human Geography* (pp. 57-74). London: Sage.
- KITCHIN, R. (2006). Positivist geographies and spatial science. In S. Aitken, & G. Valentine (Eds.), *Approaches to Human Geography* (pp. 20-29). London: Sage.
- LEFÈBVRE, H. (1974). *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos.
- LEY, D. (1977). Social geography and the taken-for-granted world. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 2(4), 498-512.
- MCDOWELL, L. (1992). Doing gender: feminism, feminists and research methods in human geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 17(4), 399-416.

- PEET, R., & THRIFT, N. (1989). Political economy and human geography. In R. Peet, & N. Thrift (Eds.), *New models in geography: the political-economy perspective* (Vol. 1) (pp. 2-31). London: Routledge.
- PHELPS, N. A., & TEWDWR-JONES, M. (2008). If geography is anything, maybe it's planning's alter ego? Reflections on policy relevance in two disciplines concerned with place and space. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 33(4), 566-584.
- RELPH, E. (1977). Humanism, phenomenology, and geography, *Annals of the Association of the American Geographers*, 67(1), 177-179.
- ROSE, G. (1993). *Feminism and Geography*. Cambridge: Polity Press.
- SANDERCOCK, L. (1998). *Making the invisible visible: A multicultural planning history*. Berkeley and Los Angeles, CA: Univ of California Press.
- SCHAEFER, F. K. 1953. Exceptionalism in geography: a methodological examination. *Annals of the Association of American Geographers*, 43(3), 226-249.
- SOJA, E. W. (1989). *Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory*. London: Verso.
- WHATMORE, S. J. (2002). *Hybrid geographies: Natures, cultures and spaces*. London: Sage.

